

OS OLHARES ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DE CAMPO: A REALIDADE DA TRABALHADORA RURAL DO ASSENTAMENTO RURAL JOANA DARC III NO ESTADO DE RONDÔNIA

CLÁUDIA NASCIMENTO OLIVEIRA¹

RESUMO:

A finalidade deste artigo tende a ser trazer alguns dos resultados da pesquisa de campo realizada durante o mestrado, a qual se deu junto às famílias residentes nas agrovilas do Assentamento Rural Joana D' Arc III no Estado de Rondônia durante os anos de 2011 a 2013. O objetivo principal é relatar as observações percebidas no que tange ao trabalho feminino no meio rural, e demonstrar o quanto a mulher mesmo já tendo conquistado espaços antes ditos masculinos ainda se enxerga com uma ajudante na produção da farinha do assentamento. Se faz necessário discutir a visibilidade das trabalhadoras rurais, pois é uma questão que ainda necessita de muitos debates tendo em vista que as conquistas e direitos destas mulheres ainda são muito recentes. Outro ponto relevante são as dificuldades que estes moradores enfrentam para permanecerem morando no assentamento.

PALAVRAS- CHAVE: Assentamento Rural; Gênero; Experiências

THE GAZES THROUGH THE EXPERIENCE OF FIELDWORK: THE REALITY OF RURAL WORKWOMAN IN RURAL SETTLEMENT JOANA DARC III IN THE STATE OF RONDONIA

SUMMARY:

The purpose of this article tends to bring some of the results of the field survey conducted during marters, which took place with the families resident in the

1 Mestra em Geografia/UNIR. Licenciada em História/UNIR. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO. Docente do Departamento de Direito da Faculdade UNIRON.

agrovilas of the rural settlement Joan of Arc III in the State of Rondônia during the years 2011 to 2013. The main objective is to report the perceived observations in relation to women's work in the rural environment, and demonstrate how much the woman has already conquered space that were previously considered masculine, she still see themselves as a helper in the production of settlement flour. It is necessary to discuss the visibility of rural workwoman because it is a question that still needs many discussions with a view that the achievements and rights of these women are still very recent. Another relevant point is the difficulties these residents face remain for living in the settlement.

KEY WORDS: Rural Settlement; Gender; Experiences.

INTRODUÇÃO

O papel da mulher no mercado de trabalho vem ganhando cada vez mais fôlego no cenário nacional em virtude das discussões, debates, trabalhos acadêmicos e divulgação nos meios de comunicação.

A discussão é sempre benéfica quando acolhe os posicionamentos das diferentes classes. E dentro deste cenário trabalhista podemos trazer como apontamento a trabalhadora rural. E mais ainda, a trabalhadora rural da região Norte do país.

O território brasileiro por ter uma grande extensão geográfica faz com que a realidade dessas mulheres fique distante do conhecimento dos grandes centros e até mesmo das mídias.

O propósito deste artigo é relatar alguns dos resultados obtidos no trabalho de campo desenvolvido para a dissertação de Mestrado em Geografia entre os anos de 2011 a 2013. Neste período foi possível vivenciar junto aos moradores das agrovilas do assentamento rural Joana Darc III experiências singulares, pois foi factível acompanhar o dia a dia das mulheres, sua participação na força produtiva e tarefas dentro de casa.

Podemos iniciar elencando as dificuldades, que já se iniciam na localização, pois o assentamento em questão está localizado a 100 km do perímetro urbano do Município de Porto Velho no Estado de Rondônia. Esta distância não seria um problema se a estrada que dá acesso ao assentamento não estivesse sem condições trafegáveis. Ao longo deste trabalho estaremos demonstrando através de imagens a precariedade da estrada que dá acesso ao assentamento. Outra dificul-

dade que nos foi possível observar diz respeito dificuldades que os moradores enfrentavam para na produção da farinha.

Nossa pesquisa teve o foco em especial, acompanhar a rotina das mulheres do assentamento e oferecer um relato do que foi observado através do trabalho de campo e da pesquisa qualitativa.

Iniciamos este trabalho apontando o papel da mulher no universo agrário e a atuação da trabalhadora rural no cenário nacional para depois destacar a dupla jornada de trabalho em seu ambiente doméstico e por fim relatar algumas das dificuldades que as famílias enfrentavam e ainda enfrentam até hoje.

A BUSCA POR IGUALDADE DE GÊNERO

Se formos puxar o fio condutor da história de lutas das mulheres, chegaremos ao entendimento que elas sempre estiveram que brigar por seus direitos, para obter igualdade e principalmente para serem reconhecidas. Porém, as conquistas foram acontecendo aos poucos, e quase sempre ocorreram como consequência das manifestações. A mulher passou a perceber que era preciso ir à luta para que algo fosse mudado. Arlete Renk et al abordam essa questão da luta por igualdades das mulheres quando dizem que,

No final dos anos setenta, as mulheres que até então haviam naturalizado os padrões nos quais eram socializadas passam a questioná-los e conseguem criar nova agenda, na qual obtêm visibilidade e direito ao nome, o que significava que deixavam de ser filhas ou esposas de alguém e engajavam-se nas lutas pela conquista dos direitos sociais, políticos e reprodutivos. (2010, pg 368)

Muitas conquistas foram adquiridas e já podem ser vistas. O direito a licença maternidade é um exemplo bem relevante. Outra observação que se pode fazer são os cargos e funções que antes só eram preenchidos por homens. Esmeraldo (2008. p. 201) faz essa observação ao dizer que “as mulheres adentram posições e lugares da identidade hegemônica, a masculina, e interagem compartilhando práticas e quebrando barreiras ao seu sexo socializado de mulher.”

No que diz respeito ao trabalho rural feminino, Esmeraldo ainda faz a seguinte pontuação:

Estudos sobre o trabalho da mulher rural e as relações de gênero em assentamentos rurais no país vêm sendo realizados desde a década de 1980 e trazem dimensões analíticas com base nas relações constitutivas entre os gêneros, na divisão sexual do trabalho, na segregação ocupacional, na dicotomia entre produção e reprodução, no patriarcado e nas relações de poder. (ESMERALDO, 2008. p, 190)

É com esse entendimento que podemos analisar e ter uma compreensão sobre as relações entre homens e mulheres no espaço rural, assim como vislumbrar o quanto a mulher rural ainda necessita de visibilidade. Oliveira (2013, p. 128) pontua que “a invisibilidade da mulher acarretava diversos atrasos que poderiam beneficiá-las. A modificação dessa invisibilidade começa a ser transformada somente na segunda metade do século XX, quando as mulheres passam a reivindicar melhorias e reconhecimento.”

Com a redemocratização do país entra na pauta das discussões públicas os benefícios para a trabalhadora rural. Anita Brumer expõe que,

A constituição de 1988 garantiu o acesso das mulheres rurais ao benefício da aposentadoria por idade, aos 55 anos, e a outros benefícios, tal como licença-maternidade remunerada. Uma das condições necessárias para o acesso aos benefícios da Previdência Social, principalmente no que diz respeito à aposentadoria, é a comprovação da condição de trabalhadoras rurais. (BRUMER, 2004, p. 18)

Tais direitos garantidos pela Constituição brasileira trazem a discussão da visibilidade da trabalhadora rural que até então detinha um papel de mera ajudante nos trabalhos com a lavoura. As decisões competiam apenas aos maridos, que por direito detinha todos os benefícios da terra.

Ainda se fazia necessário a luta por outros direitos e garantias. Com isso ao longo dos últimos anos as trabalhadoras rurais começam a se organizar em prol de garantir a sua visibilidade no trabalho rural. Oliveira (2013, p. 129) relata que “as mulheres camponesas passam a se organizar e criam diversas ligas e entidades com objetivos ligados tanto à reforma agrária como melhores condições na produção agrícola e desenvolvimento rural.”

Tais reivindicações tomam proporções maiores com a criação de programas sociais. Em 2003, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ações começam a se voltar para as mulheres. Outro movimento criado no mesmo ano foi o MMC - Movimento das Mulheres Camponesas. Ainda podemos acrescentar o movimento intitulado Marcha das Margaridas criado para dar visibilidade as mulheres rurais. Tal movimento já obteve grandes conquistas ao longo dos anos de luta. Podemos elencar algumas delas: Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PNDMTR; Criação do crédito instalação para mulheres assentadas; Elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais.

É possível perceber que a trabalhadora rural começou a ter seus direitos impetrados a pouquíssimo tempo. Em virtude disso o assunto ainda requer discussões para que a busca por igualdades dessas trabalhadoras não venha a ser conquistado apenas através de movimentos sociais.

A DUPLA JORNADA DA MULHER: DONA DE CASA E TRABALHADORA RURAL

Nossa atual Carta Magna traz em seu Art 5º que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. No entanto, pesquisas realizadas nos últimos anos demonstram que ainda há uma diferença visível ao compararmos a jornada de trabalho. Pois, a mulher mesmo estando inserida no mercado de trabalho, ainda está responsável quase que sozinha pelo serviço doméstico. Rossini (1998, p.08) trouxe essa questão quando relatou que “a mulher foi arrancada de casa para o mercado de trabalho para somar na manutenção da família [...] sem que fosse repartido ou retirado da mulher o trabalho doméstico.” A mulher passou a ter uma jornada dupla e as vezes tripla de trabalho, onde passou a contribuir financeiramente com as despesas da família, o que não quer dizer que os serviços domésticos deixaram de ser exercidos em sua grande maioria por elas.

No que tange as famílias rurais, ainda é muito presente a divisão de tarefas entre homens e mulheres. Já mencionamos que a mulher do campo tem ganhado espaço, direitos e garantias no cenário das políticas públicas, mas no que compete ao âmbito doméstico, quase nada mudou.

A pesquisadora Anita Brumer reforça esse entendimento dizendo que,

As mulheres, ainda responsabilizam-se praticamente pelo trabalho doméstico no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando têm outra atividade. Nessa esfera, as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidando da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. [...] As atividades domésticas são consideradas como secundárias pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. (BRUMER, 2004, p. 08)

Essa visão que Brumer nos traz, é a realidade encontrada durante as visitas ao assentamento Joana Darc III. Foi possível fazer essa observação através da convivência com as famílias, principalmente convivendo com as mulheres. Ficou muito clara essa divisão de tarefas tanto no âmbito doméstico como fora do lar. Ficando o homem responsável pelo sustento da família e a responsabilidade dos serviços domésticos às mulheres. E isso inclui todo o trabalho que tenha ligação com a casa. Tal situação nos remete as palavras de Esmeraldo quando diz que,

O quintal é uma extensão da unidade doméstica onde a mulher exercita algumas atividades produtivas como a criação de galinhas, de suínos. Onde faz pequenos canteiros para a produção de hortaliças e de ervas medicinais e onde cultiva algumas fruteiras. No quintal e nas proximidades da casa são instalados tanques para a lavagem da roupa e varais para a secagem das mesmas. (ESMERALDO, 2008, p. 201)

Observou-se essa extensão que Esmeraldo trata em nossa última visita, foi possível acompanhar o cuidado de uma das nossas colaboradoras com a criação de galinhas. Todo o cuidado com a criação ficava a cargo da nossa colaboradora. A imagem 01 demonstra o galinheiro que fica no quintal da casa.

IMAGEM 01: PARTE EXTERNA DO GALINHEIRO. A CASA DA IMAGEM é o galinheiro.
Agrovila União dos Camponeses



OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. 2013.

É importante salientar que este galinheiro foi resultado da linha de crédito Pronaf Mulher² que nossa colaboradora recebeu. Nossa colaboradora informou que estava criando galinhas e frangos e que estava vendendo para a comunidade.

Assim como a nossa colaboradora, outras mulheres também haviam sido beneficiadas com a mesma linha de crédito.

Tal atividade solidifica o que se abordou anteriormente sobre a questão da mulher rural exercer as funções domésticas quase que sozinha.

Outro aspecto que se pode elencar é que o trabalho exercido pelas mulheres rurais ainda é pouco valorizado por seus familiares. Porém não há que se criticar tendo em vista que essa questão está arraigada há séculos e acaba sendo repassada as suas gerações, e que por tanto merece uma discussão com mais profundidade.

Há que se pontuar que esta mulher rural reconhece que há uma desigualdade no trabalho doméstico, mas prefere não entrar em divergência com seu marido e como consequência permanece exercendo as atividades internas da casa quase que sozinha.

Brumer em sua pesquisa chegou ao seguinte posicionamento:

2 Crédito de investimento para atender às necessidades da mulher produtora rural. O limite do financiamento pode chegar até 165 mil reais. O benefício é para as produtoras familiares que apresentarem declaração de aptidão ao Pronaf.

Apesar de reconhecer a existência de desigualdades de gênero, as mulheres envolvidas no MMTR³ não fazem reivindicações significativas no sentido de anulá-las ou diminuí-las. A ausência de reivindicações referentes a uma maior equidade nas responsabilidades pelo trabalho doméstico, acesso ao conhecimento tecnológico da produção agropecuária moderna, igualdade na herança da terra e na distribuição das atividades e do poder, por exemplo, pode indicar que as mulheres desejam melhorar sua situação, principalmente se puderem obter maiores benefícios do Estado, mas evitam o confronto com seus parceiros homens. (BRUMER, 2004, p. 20-21)

Tal questão que a pesquisadora aborda foi visivelmente vivenciada ao longo da pesquisa de campo. Encontramos mulheres extremamente esclarecidas quanto aos seus direitos e conquistas, mas por outro lado não ousavam questionar os papéis exercidos no trabalho doméstico.

Outro ponto interessante a ser mencionado diz respeito aos casamentos como uma forma de somar a força de trabalho no meio rural. Arlete Renk ao tratar sobre os casamentos no meio rural diz que,

O importante era que os nubentes fossem de famílias de boa índole e trabalhadoras. O casamento tinha alguns requisitos, como idade: a moça não poderia passar dos 23 anos solteira, ou seria considerada velha. Outra exigência era a disposição para o trabalho. [...] O casamento supunha saúde e esta era expressa na geração da prole. Exigia-se saúde para a reprodução e disposição para o trabalho, para acompanhar o marido na roça e fazer as atividades domésticas sem “perder tempo” (RENK, 2010, p. 371-372)

Esta questão da soma da força de trabalho é uma realidade muito comum no meio rural. Durante a pesquisa de campo foi possível fazer essa observação, pois ao longo das entrevistas realizadas com as nossas colaboradoras, as mesmas compartilhavam que mesmo após o nascimento de seus filhos não pararam de trabalhar. Uma delas relatou a seguinte situação:

3 MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Eu não parei de trabalhar quando tive meus filhos não, e eu mesma cuidava deles. Levava pra roça. Meus filhos nunca me deram trabalho nenhum. Nunca deixei meus filhos com mais ninguém, nunca me deram trabalho pra nada. Onde eu ia, eu levava. [...] Eu ia pra roça também. Era nós dois⁴ na roça. Nós trabalhava junto. Meu filhinho? Eu levava! Íamos nós três. Eu só tinha o primeiro, o mais velho. Aí eu levava. Ele tinha cinco anos. (BRITO, 2013)

É notável que a mulher acaba acumulando diversas atividades, pois ela continua a exercer o papel de esposa, dona de casa e mãe e ainda precisa somar na economia da renda familiar.

A principal fonte de renda do assentamento é a produção de farinha. Essa produção é realizada em etapas, a qual a divisão das tarefas foi observada da seguinte forma,

A participação das mulheres no processo produtivo da farinha se dá de forma restrita e diferenciada. Diferente porque aquelas que não são casadas trabalham na colheita ou acabam tendo que pagar para a execução do serviço mais pesado. As mulheres participam mais ativamente no processo do plantio, e após a colheita, a sua participação se dá no processo de descascar as macaxeiras. E aos homens fica o trato com as máquinas para moer a macaxeira até o seu processo final. (OLIVEIRA e MELO, 2016, p. 13)

Essa divisão das atividades não é questionada pelas mulheres, tendo em vista que elas em sua grande maioria enxergam este ofício como uma “ajuda”. Muitas se veem como uma auxiliadora do marido, pois como já foi dito, cabe a ele o sustento da família. E acabam não percebendo o quão são fundamentais na produção da farinha.

Uma outra colaborada da nossa pesquisa fez o seguinte relato:

Eu ajudo descascar mandioca. Ajudo a temperar a massa, sovar a mandioca. Ajudo a ensacar a farinha. Na hora de colher eu ajudo também. Na hora de arrancar, ajudo às vezes a cortar as ramas. Só não ajudo a carregar da roça porque quem carrega é o trator. Ai quando é pertinho, Juarez carrega na carriola. As outras coisas eu ajudo. (CRUZ, 2013)

4 Nossa colaboradora estava se referindo ao seu marido.

Nossa colaboradora demonstra em seu relato que o pensamento arcaico de que o papel da mulher está vinculado ao lar e quando sai passa a ser apenas uma ajuda ainda é muito presente.

Silva aborda que,

Assim, de maneira errônea, todo o trabalho empreendido pelas mulheres no processo produtivo do assentamento é considerado ajuda, o que nos traz à tona uma realidade que se reproduz não só no Assentamento Rural Joana D'Arc III, mas também nos diferentes espaços rurais do país, que é o não reconhecimento do trabalho feminino. (SILVA, 2015, p. 89)

Isso nos faz refletir se toda as conquistas realizadas pelos movimentos sociais serão capazes de transformar essa estrutura familiar que parece permanecer imutável.

As imagens de 02 a 04 nos trazem as cenas dessa divisão do trabalho durante a produção da farinha.

IMAGEM 02: MULHERES DESCASCANDO A MANDIOCA

Fonte: OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, 2013.

Nesta primeira imagem, percebemos que a tarefa de descascar a mandioca fica a cargo das mulheres e crianças. E após este processo, fica a cargo dos homens o manuseio das máquinas, como está exposto nas imagens seguintes.

IMAGEM 03: HOMENS PREPARANDO A MASSA ANTES DE IR AO FORNO. CASA DE FARINHA

Fonte: OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, 2013.

IMAGEM 04: FORNO MANUSEADO POR HOMENS. MOMENTO EM QUE A FARINHA FICAVA PRONTA.

Fonte: OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, 2013.

Vale salientar que o principal cultivo no assentamento é a mandioca/farinha por ser o produto que mais dá lucro. Em segundo lugar vem o cultivo da banana, seguido do milho e do café.

Ainda de acordo com Silva, verificou-se que o que é produzido no assentamento é praticamente quase tudo destinado à venda. A pesquisadora e expõe que:

Os alimentos destinados à venda são a banana, algumas frutas e leguminosas; a mandioca é o alimento mais cultivado dentre os assentados, mas somente ganha destaque após sua transformação em farinha. O restante dos alimentos são usados para o consumo e complementados com alimentos comprados na cidade de Porto Velho. (SILVA, 2015, p. 76-77)

Se pode observar que o cultivo fica restrito a mandioca, banana, milho e café por conta do solo do assentamento não ser bom para produzir arroz, feijão ou milho. E como consequência, os moradores precisam comprar na cidade estes produtos.

A TRISTE REALIDADE DO ASSENTAMENTO: DIFICULDADES ENFRENTADAS

O período da pesquisa e a convivência com os moradores do assentamento foi de sua importância para uma melhor compreensão das dificuldades e necessidades pelas quais os moradores passavam.

Essa compreensão foi possível pois passamos a nos envolver com a pesquisa tendo como objetivo estreitar a relação com os moradores. De acordo com Valeria Marcos,

o trabalho de campo enquanto um instrumento de pesquisa dos mais importantes para a produção do conhecimento geográfico, momento em que o tema de estudo se desvenda diante dos olhos e obriga a estarmos atentos, de modo a que nada fuja à investigação. É preciso olhar com profundidade e observar, sobretudo

aquilo que não havíamos considerado antes de sair para campo. (MARCOS, 2006, p. 106)

Esse apontamento que Marcos faz, foi exatamente o que nos propusemos em fazer ao longo dos dois anos de pesquisa. Nossas observações e a convivência diária com os moradores fizeram toda a diferença. Tanto que durante as visitas ficávamos hospedados na casa de uma família. O fato de estar hospedada na casa dessa família facilitou estreitar a relação com os demais moradores.

No dizer de Borges,

O ideal para que se consiga essa integração é morar na comunidade, num lugar que não seja um hotel, ou pensão, onde poderá correr o risco de continuar sendo visto como turista ou “um alguém de fora”. Quando nos referimos a “morar na comunidade”, isto pode ser entendido também como ser hospede de algum morador. E também não significa permanecer na comunidade por tempo prolongado, mas pelo tempo necessário para alcançar essa adaptação. Tudo isso pode facilitar a construção de uma referência dentro da comunidade. (BORGES, 2009, p. 192)

Essa participação foi muito importante pois nosso olhar passou a ser direcionado a perceber que os moradores continuavam a morar no assentamento muito mais por conta de não terem para onde ir do que propriamente pelos benefícios e apoio recebidos por parte do Estado, ainda que na Constituição Federal de 1988 esteja inserido em seu artigo 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Tais normativas parecem não funcionar em alguns espaços do país tendo em vista parecerem estar esquecidos. Em nossa pesquisa ouvimos muitos relatos que os órgãos governamentais estavam distantes, e quando apareciam não conseguiam sanar os problemas do assentamento.

As imagens a seguir demonstram a situação das estradas que dão acesso ao assentamento.

IMAGEM 05: CONDIÇÕES DA ESTRADA NO PERÍODO DE CHUVA. TRABALHO DE CAMPO EM 2011.

Acervo GEPGÊNERO, 2011.

IMAGEM 06: ESTRADA QUE DÁ ACESSO AO ASSENTAMENTO. TRABALHO DE CAMPO EM 2012

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. 2013.

As condições da estrada são deploráveis e demonstram o total descaso dos órgãos responsáveis. Os moradores se tornam reféns dessa situação pois isso acaba atrapalhando diretamente a venda e a distribuição do que é produzido dentro do assentamento. Outro agravante é quanto ao acesso aos bens de consumo. Para que os moradores tenham acesso precisam se deslocar até a capital Porto Velho. Não há posto de saúde, mercados, ou qualquer outro meio que facilite a rotina dos moradores.

Que o diga Silva (2015, p. 75) que em sua pesquisa fez o seguinte apontamento: “os serviços de educação e de saúde (SEMED e SEMUSA, respectivamente) são considerados precários devido à falta constante de professores e a inexistência de médicos, uma vez que existe nas agrovilas apenas um posto de coleta de exames de malária.”

Em uma das nossas idas, decidimos utilizar o meio de transporte que os moradores usam quando se deslocam a Porto Velho. A imagem 06 se refere ao ônibus que fazia o trajeto entre o assentamento e a cidade.

IMAGEM 07: ÔNIBUS QUE FAZ O TRANSPORTE ATÉ O ASSENTAMENTO DE JOANA D'ARC III

Fonte: OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, 2013

Neste ônibus nos deslocamento até o assentamento. Uma viagem demorada e cansativa pois o ônibus para em vários pontos para o desembarque dos moradores que haviam ido até Porto Velho fazer compras de alguns alimentos e outros utensílios tanto para uso doméstico como para uso na lavoura.

A viagem durou por volta de 6 horas até o nosso destino final.

A imagem a seguir demonstra a parte interna do ônibus e o quanto ele costuma ir lotado de mercadorias.

IMAGEM 08: VISÃO DA PARTE INTERIOR DO ÔNIBUS. PORTO VELHO, 2012

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. 2013.

É importante salientar que este ônibus não trafegava diariamente, bem como no período de chuvas. Nestes casos os moradores tinham que procurar outro meio de saírem ou retornarem para o assentamento.

Por fim, é importante trazer à baila os últimos entraves que os moradores estão enfrentando para permanecerem no assentamento.

A enchente do rio Madeira em 2014 acabou afetando diretamente os moradores do assentamento. De acordo com Silva,

muitos moradores do Assentamento Joana D'Arc III afirmam sofrer impactos, podendo-se citar, como exemplo, a subida do lençol freático, a contaminação das águas – tornando-as impossível para o consumo humano, a invasão de animais silvestres (como onças), a morte das plantações devido o solo estar encharcado e a invasão de mosquitos, os quais configuram alguns dos muitos problemas que os moradores enfrentam. (SILVA, 2015, p. 64)

Tais impactos fizeram com a permanência dos assentados ficasse mais difícil, pois as águas encharcaram o solo ocasionando prejuízos em vários aspectos. Um deles foi a fonte de renda, já que estas famílias plantavam para vender o que era produzido.

Outro prejuízo recai que além da macaxeira, banana, milho e café, as famílias plantavam verdura e frutas. Fora o prejuízo financeiro, há de se pensar que

há uma quebra do princípio da dignidade humana, pois estes trabalhadores deixam de ter condições de trabalho. Deixam de poder exercer suas funções.

A imagem a 09 vem demonstrar esse plantio afetado.

IMAGEM 09: PLANTIO AFETADO PELO SOLO ENCHARCADO.

Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2014

Todas estas dificuldades enfrentadas pelas famílias do assentamento rural Joana D' Arc III foram cruciais para que as mesmas fossem acampar em frente à sede do INCRA em busca de uma solução.

As manifestações acabaram chamando a atenção dos meios de comunicações que passaram a questionar os órgãos representantes sobre as medidas que seriam tomadas.

Há de se mencionar que toda essa situação ocasionou uma divisão no assentamento. Ficando de um lado aqueles que desejavam mudar-se e de outro lado, os que desejavam permanecer morando no assentamento.

Tal resolução ainda está longe de ter um final. O que se pode dizer é que algumas famílias foram remanejadas para outro assentamento, mas outras permanecem no assentamento em virtude de que acreditam que a mudança para outra localidade significa deixar para trás tudo o que construíram ao longo dos anos.

Em janeiro de 2017 o Ministério Público Federal juntamente com o Ministério Público de Rondônia recomendaram que as famílias recebessem um auxílio mensal no valor de 1.500,00 para as suas despesas, a ser pago pela Santo Antônio Energia S/A⁵. Cibia também a empresa o remanejamento provisório das famílias afetadas para outro local. No dia 16 de junho o Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública decretou que a empresa estivesse pagando o valor de 1.200,00 para cada família.

O site g1.com traz em sua reportagem o seguinte trecho:

O processo é resultado de uma ação civil pública proposta pelas Promotorias de Justiça do Meio Ambiente e da Cidadania. Além do reassentamento, a concessionária terá que pagar ajuda de custo no valor de R\$ 1,2 mil por mês, durante dois anos. Também o

5 Empresa responsável pela construção da hidrelétrica Santo Antônio no Estado de Rondônia.

pagamento de indenização pelas benfeitorias, cobertura florística e terra nua.

A Decisão diz ainda que a Santo Antônio Energia também deverá garantir fornecimento de assistência técnica, como, máquinas agrícolas e correção de solo, casa própria e pagamento das dívidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-cra), possibilitando a obtenção de título definitivo da terra aos moradores. (G1.com. Reportagem do dia 22 jun. 2017)

Tal decisão recai como um alívio para os moradores que estão há três anos a espera de uma solução. Por se tratar de uma decisão recente, não há de se esperar ainda para ver o tempo que levará para estas famílias receberem a indenização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que o assentamento Joana d'Arc III ao longo dos anos vem passando por transformações e por conta disso as famílias precisaram se adaptar e construir alicerces para uma melhor convivência e sustento. A plantação de mandioca para a produção de farinha passou a ser a principal fonte de renda das famílias assentadas.

Neste contexto da produção da farinha temos as mulheres que passaram a fazer parte da força de trabalho, porém as mesmas consideram este trabalho como um ajuda aos maridos. Elas não se enxergam como trabalhadoras e possuidoras dos mesmos direitos dos homens. O universo primário destas mulheres gira em torno dos afazeres domésticos.

Mas nosso objetivo com este trabalho se deu em demonstrar que esta mulher trabalhadora rural exerce uma função fundamental tanto na produção da farinha como para a própria manutenção das famílias. Chegando a exercer uma jornada dupla, e em alguns casos tripla. Cabe a ela cuidar da casa, dos filhos, do marido e ainda trabalhar na roça, seja no processo da produção de farinha, seja criando galinhas, plantando e cuidando da plantação de verduras e frutas.

Encontramos muitas mulheres que todos os dias se dedicam aos serviços da roça e aos da casa. Principalmente aquelas que moram sozinhas. Estas precisam lidar com todo o trabalho árduo do trabalho pesado e braçal.

Não há como negar que estas mulheres foram personagens fundamentais na construção deste espaço rural. Muitas estiveram desde o início do assentamento desbravando a mata fechada junto aos seus maridos.

Concluímos com este trabalho que as dificuldades que estas famílias enfrentam são inúmeras, desde o acesso até a questão da saúde. Porém, mesmo com todas estas dificuldades estas famílias gostavam de morar no assentamento. Elas alegavam que não havia coisa melhor do que morar no que era seu.

O agravante é que estas famílias assentadas correm o risco de serem remanejadas para outras localidades e terem que começar do zero em virtude do solo não ser produtivo e principalmente por conta das consequências da enchente de 2014 que afetou diretamente o solo e com isso afetou a produção.

Algumas famílias optaram por irer morar em outro assentamento, enquanto outras preferiram aguardar as decisões do poder judiciário.

Cabe aguardar se as decisões judiciais serão cumpridas em tempo hábil pela empresa Santo Antônio Energia S/A.

Recebido: 12/06/2017

Aprovado: 12/07/2017

REFÊRENCIAS

BORGES, Maristela C. **Da observação Participante à Participação Observante**: uma experiência de pesquisa qualitativa. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz.(org) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRITO, Ana. [Entrevista]. Entrevista concedida a Cláudia Nascimento Oliveira. In: OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. **Um lugar para chamar de meu**: As agrovilas do assentamento rural Joana D'Arc III e seus migrantes. 2013. 172 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. PPGG. Porto Velho: UNIR, 2013

BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura:** A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 12(1), 360, p. 205 a 227. Janeiro a Abril, 2004.

CRUZ, Jivanice. [Entrevista]. Entrevista concedida a Cláudia Nascimento Oliveira. In: OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. **Um lugar para chamar de meu:** As agrovilas do assentamento rural Joana D'Arc III e seus migrantes. 2013. 172 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. PPGG. Porto Velho: UNIR, 2013

Decisão obriga Santo Antônio reassentar moradores do Joana D'Arc: Comunidade foi atingida pela construção de usina em Porto Velho. Concessionária terá que pagar ajuda de custo de R\$ 1,2 mil por mês. **GI/RO.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/06/decisao-obriga-santo-antonio-reassentar-moradores-do-joana-darc.html>. Acesso em: 24 jun. 2017

ESMERALDO, Gema Galgani S.L. **Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas.** In LOPES, Adriana L & BUTTO Andrea. Mulheres na Reforma Agrária A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA 2008.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de Campo em Geografia:** Reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In Boletim Paulista de Geografia, nº 84, p. 105-136, julho de 2006

MPF/RO e MP/RO recomendam que Santo Antônio Energia pague auxílio às famílias do assentamento Joana D'Arc. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/santo-antonio-energia-deve-pagar-auxilio-as-familias-do-assentamento-joana-darc>. Acesso em 24 jun. 2017.

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. **Um lugar para chamar de meu:** As agrovilas do assentamento rural Joana D'Arc III e seus migrantes. 2013. 172 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. PPGG. Porto Velho: UNIR, 2013

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. MELO, Kelli Carvalho. **As mudanças e transformações do assentamento rural Joana d'arc III no Estado de Rondônia:** uma perspectiva feminina. In: Congresso Internacional do Núcleo de Estudos da Américas, 2016, Rio de Janeiro. Américas: Processos Civilizatórios e Crises do Capitalismo Contemporâneo, 2016.